
***Via Brasil MT 320
Concessionária de
Rodovias S.A.***

***Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2020
e relatório do auditor independente***

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA**Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria**

Redução ao valor recuperável do ativo intangível do contrato de concessão (teste de impairment) - Notas 2.4.3 e 9

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui registrado em seu ativo intangível o montante de R\$ 69.238 mil referente ao valor contábil dos investimentos para a operação da concessão, em conexão com o contrato de concessão, líquido de amortização. O Pronunciamento Contábil CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável requer que o valor residual contábil dessa categoria de ativos com vida útil econômica definida seja testado para fins de ajuste ao valor recuperável (teste de *impairment*) quando houver indicador de que o valor residual contábil possa não ser recuperável.

Consideramos o teste de *impairment* do intangível como um dos principais assuntos de auditoria em função da magnitude do saldo e da complexidade envolvida nas análises de recuperabilidade. A complexidade advém dos julgamentos significativos em relação à estimativa dos fluxos de caixa futuros descontados, em relação as premissas, tais como reajuste tarifário e taxa de desconto que são afetadas por condições macroeconômicas e de mercado. Variações nas premissas utilizadas podem trazer impactos relevantes nas referidas estimativas e, conseqüentemente, nas demonstrações financeiras.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a conferência da coerência lógica e aritmética das projeções dos fluxos de caixa; o teste do modelo de mensuração adotado; teste de reconciliação dos fluxos de caixa futuros com os planos de negócios aprovados pela administração da Companhia, bem como a análise da razoabilidade das principais premissas adotadas nas projeções mediante comparação com os orçamentos aprovados e dados de mercado. Adicionalmente, efetuamos análise de sensibilidade e recálculo das projeções considerando diferentes cenários, bem como leitura das divulgações realizadas em notas explicativas.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os critérios e premissas utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidos.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.



Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Maringá, 29 de março de 2021


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5


Adriano Machado
Contador CRC 1PR042584/O-7

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

Os Administradores da Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A. (“Via Brasil MT320” ou “Companhia”) apresentam para vossa apreciação as Demonstrações Financeiras do Exercício findo em 31 de dezembro de 2020, incluindo o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstrativo do Fluxo de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Valor Adicionado e Demonstrativo de Resultado Abrangente.

As informações financeiras estão expressas em milhares de Reais.

DESTAQUES DE 2020

O ano de 2020 foi marcado pela entrega dos Serviços Iniciais e início de cobrança de pedágio. A Companhia, que assinou contrato de concessão em maio de 2019, concluiu em outubro de 2020 a implantação de 3 praças de pedágio, recuperação inicial do pavimento e investimentos em sinalização e segurança, de modo a garantir trafegabilidade e segurança ao usuário. Com a conclusão, a Agência Reguladora promulgou tarifa reajustada de R\$ 8,60 (data-base outubro de 2020).

	Eixos Equivalentes Pagantes	Receita (R\$ mil)	% Veículos Leves (Eixos Equivalentes)	% Veículos Pesados (Eixos Equivalentes)
2019	-	-	-	-
2020	703.361	6.049	44,6%	55,4%
Out/20	34.212	294	44,9%	55,1%
Nov/20	320.316	2.755	42,6%	57,4%
Dez/20	348.833	3.000	46,4%	53,6%

Vale ressaltar que a receita da Concessão previa a arrecadação de eixos suspensos, não contidos na arrecadação do quadro acima. Esta foi proibida com a publicação pelo Governo Federal publicou a Medida Provisória n. 833/2018, que em 24.08.2018 foi convertida na LEI Nº 13.711/2018, a qual altera o artigo 17 da Lei nº 13.103, de 2 de março de 2015, para prever a isenção, em todo o território nacional, da cobrança de pedágio sobre eixos suspensos de veículos de transporte de cargas que circularem vazios nas vias terrestres federais, estaduais, distritais e municipais, inclusive as concedidas.

A companhia obteve uma quantidade de 35.616 de eixos equivalentes suspensos desde o início do período de arrecadação totalizando R\$ 296 até 31 de dezembro de 2020.

A Companhia vem, desde a promulgação da referida Lei, tratando com o Poder Concedente, Agência Reguladora e Verificador Independente sobre medidas para reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão.

SETOR DE CONCESSÕES RODOVIÁRIAS

Presente na modernização da malha rodoviária

Num país de dimensões continentais como o Brasil, a infraestrutura de transportes está na base do desenvolvimento e requer montantes significativos de investimentos para assegurar a qualidade, a segurança e a competitividade da malha rodoviária. Segundo dados da Confederação Nacional do Transporte (CNT), 61% do volume de cargas e 95% dos passageiros transportados no país trafegam por rodovias, confirmando a relevância das estradas para a população e para a economia. A participação do setor privado, por meio de concessões, vem incrementando a construção, a conservação e a exploração de rodovias em todo o território nacional.

PERFIL DA COMPANHIA

A Via Brasil MT 320 foi constituída para exploração da concessão das rodovias MT 320 e MT 208 no estado de Mato Grosso, formada por um consórcio de empresas com expertise nas áreas de concessões públicas, infraestrutura rodoviária, tecnologia e serviços, que se uniram para atuar como operadores de serviços públicos concessionados.

Em fevereiro de 2018, o Consórcio Via Brasil participou de licitação na modalidade leilão realizado na Bolsa de Valores B3 (antiga BM&F) pelo Governo do Estado do Mato Grosso, por meio do Programa de Parcerias com o Setor Privado para Investimentos na Logística do Mato Grosso.

O Consórcio sagrou-se vencedor do trecho de 188 km das Rodovias MT-320 e MT-208, entre os municípios de Nova Santa Helena - MT e Alta Floresta - MT, tornando-se responsável pela conservação, recuperação, manutenção, implantação de melhorias e operação comercial da rodovia, de acordo com o contrato de concessão com duração de 30 anos.

A concessão é considerada uma via estratégica para o desenvolvimento do Estado do Mato Grosso, em especial na ligação das cidades da região norte com a BR-163, principal rodovia do Estado.

O trecho sob concessão da MT-320 se inicia no município de Nova Santa Helena, no entroncamento com a BR-163, e segue passando pelos municípios de Colíder, Nova Canaã do Norte até a MT-208 em Carlinda. A concessão se estende pela MT-208 de Carlinda até Alta Floresta.

A rodovia, na assunção da concessão, encontrava-se bastante deteriorada, com diversos trechos apresentando defeitos significativos de pavimento, que dificultavam o trânsito. Em decorrência disso, a principal motivação do Poder Concedente para concessão à iniciativa privada foi a recuperação do pavimento e seu programa de manutenção ao longo dos 30 anos, de modo a reduzir os gargalos de escoamento da produção agropecuária e trânsito de moradores das cidades da região norte do Estado.

Além da baixa qualidade do pavimento, as MTs 208 e 320 apresentam falta de acostamentos e dispositivos de segurança, implicando no aumento do risco de acidentes.

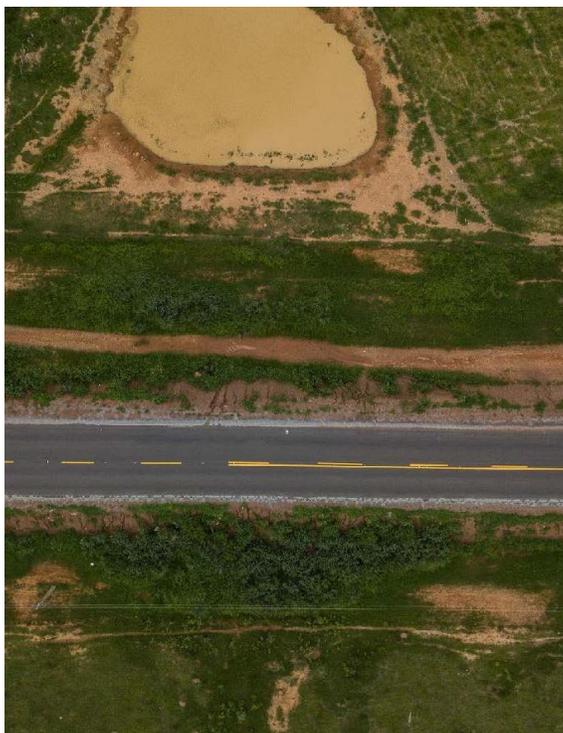
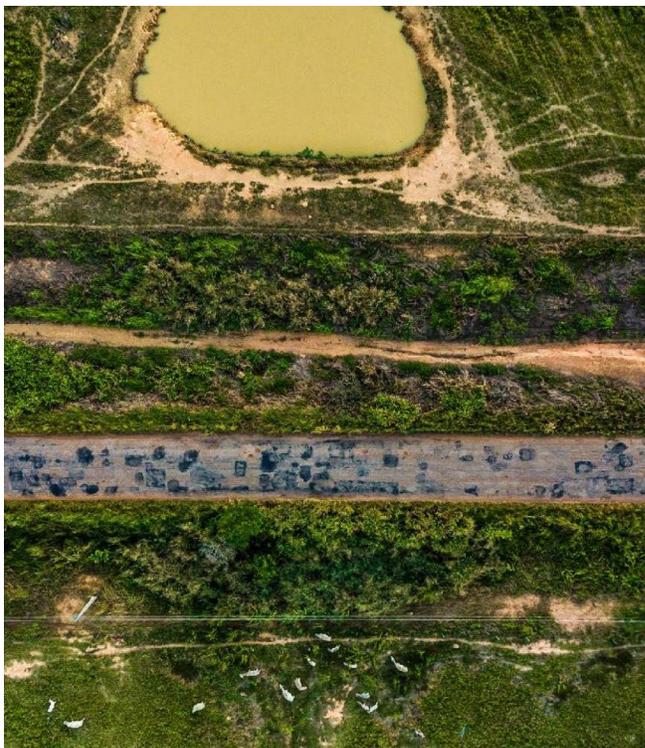
A partir da assinatura do Contrato de Concessão em maio de 2019, os principais investimentos iniciais da concessão definidos no Programa de Exploração Rodoviário (PER), foram:

- Imediata recuperação do pavimento e dos dispositivos de segurança (sinalização vertical, sinalização horizontal e conservação da faixa de domínio), como condição para liberação do pedágio; e
- Implantação das praças de pedágio.

Após os investimentos iniciais, o PER definiu prazo de até 8 (oito) anos para recuperação completa do pavimento, com solução definitiva, e incremento das condições operacionais através da execução de acostamentos, trechos de 3ª faixa, interseções, vias marginais e duplicações em segmentos específicos.

Com os investimentos já realizados e a realizar, a Via Brasil MT 320 vai beneficiar mais de 7.000 veículos que transitam por dia nas rodovias, mais de 100.000 habitantes dos municípios ligados pela rodovia, além de populações de cidades vizinhas que utilizarão a concessão.

São mais de 120 empregos diretos e cerca de 600 empregos indiretos gerados na operação durante os 30 anos de concessão, além de empregos gerados nas fases de investimentos e obras.



Em 29 de outubro de 2020, iniciou-se a cobrança de pedágio já com aplicação da tarifa atualizada, na forma do Contrato, sendo a Tarifa Referencial fixada em R\$ 8,60.

CONSIDERAÇÕES ADICIONAIS

Audidores Independentes

Em atendimento à determinação da Instrução CVM 381/2003, informamos que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, não contratamos nossos Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa.

A administração da Companhia contratou a PwC Auditores Independentes para os serviços de auditoria para o período de 2019 e 2020.

A remuneração dos auditores no exercício de 2020 foi de R\$ 35 pela auditoria da Companhia.

Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A.

Balanco patrimonial Exercícios findos em 31 dezembro (valores expressos em milhares de reais)

Ativo				Passivo e Patrimônio líquido			
	<u>Notas</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>		<u>Notas</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Circulante		<u>5.133</u>	<u>1.277</u>	Circulante		<u>19.151</u>	<u>12.922</u>
Caixa e equivalentes de caixa	3	2.299	123	Fornecedores	11	4.191	9.490
Clientes	4	1.486	-	Debêntures a pagar	13	12.916	2.805
Créditos tributários		31	-	Passivo de Arrendamento	10.2	1.087	-
Adiantamentos	5	1.101	944	Salários a pagar		180	15
Outros ativos circulantes	7	216	210	Encargos sociais a pagar		106	45
				Encargos tributários a pagar	13	408	477
Não circulante		<u>76.309</u>	<u>30.364</u>	Impostos e contribuições parcelados	14	263	-
Títulos e Valores Mobiliários		5	5	Partes relacionadas		-	90
Imobilizado	8	277	36	Não circulante		<u>32.408</u>	<u>8.267</u>
Intangível	9	69.238	30.323	Debêntures a pagar	12	26.317	8.267
Direito de Uso	10.1	6.789	-	Passivo de Arrendamento	10.2	5.732	-
				Impostos e contribuições parcelados	14	351	-
				Partes relacionadas		8	-
				Patrimônio líquido		<u>29.883</u>	<u>10.452</u>
Total do ativo		<u>81.442</u>	<u>31.641</u>	Capital social	15.1	45.000	14.461
				Prejuízos acumulados		(15.117)	(4.009)
				Total do passivo e patrimônio líquido		<u>81.442</u>	<u>31.641</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A.

Demonstração do resultado do exercício Exercícios findos em 31 dezembro (valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Receita operacional líquida	16	46.645	23.903
Custos dos serviços prestados	17	(47.691)	(25.169)
Prejuízo bruto		(1.046)	(1.266)
Receitas (despesas) operacionais		(5.590)	(2.384)
Despesas gerais e administrativas	18	(4.195)	(2.339)
Despesas comerciais		(28)	(45)
Outras receitas/despesas, líquidas	19	(1.367)	-
Resultado operacional antes dos efeitos financeiros		(6.636)	(3.650)
Resultado financeiro	20	(4.472)	(359)
Despesas financeiras		(4.633)	(359)
Receitas financeiras		161	-
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(11.108)	(4.009)
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente		-	-
Prejuízo do exercício		(11.108)	(4.009)
Prejuízo por ação básico e diluído - em reais	23	(3,4087)	(0,2772)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A.

Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 dezembro (valores expressos em milhares de reais)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Prejuízo do exercício	(11.108)	(4.009)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total dos resultados abrangentes	<u>(11.108)</u>	<u>(4.009)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Em 31 dezembro de 2020

(valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2019	10	-	10
Integralização de capital (Nota 15.1)	14.451	-	14.451
Prejuízo do exercício	-	(4.009)	(4.009)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	14.461	(4.009)	10.452
Integralização de capital (Nota 15.1)	30.539	-	30.539
Prejuízo do exercício	-	(11.108)	(11.108)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	45.000	(15.117)	29.883

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A.

Demonstração de fluxo de caixa

Em 31 dezembro de 2020

(valores expressos em milhares de reais)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(11.108)	(4.009)
Atividades operacionais		
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício as atividades operacionais		
Depreciação e amortização do imobilizados e intangível	2.145	5
Amortização do direito de uso	115	
Juros apropriados sobre fornecedores	-	285
Juros apropriados sobre empréstimos e financiamentos e debêntures	2.581	72
Amortização do custo de captação	223	
Juros apropriados sobre arrendamento mercantil	68	-
Juros apropriados sobre parcelamentos	62	-
Provisão para perdas com adiantamentos	1.163	-
Baixa do intangível	327	-
(Aumento)/redução nos ativos		
Contas à receber	(1.486)	-
Demais contas a receber e adiantamentos	(977)	(1.154)
Impostos a recuperar	(32)	-
Aumento/(redução) nos passivos		
Fornecedores	(5.298)	9.205
Encargos tributários a pagar	(69)	477
Salários e encargos sociais a pagar	225	60
Impostos e contribuições parcelados	552	-
Pagamento de juros sobre passivos de arrendamentos	(68)	-
Pagamento de juros sobre debêntures	(2.120)	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(14.024)	4.941
Atividades de investimento		
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(41.627)	(30.364)
Aquisição de títulos	-	(5)
Caixa líquido aplicado nas Atividades de investimento	(41.627)	(30.369)
Atividades de financiamento		
Terceiros		
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	41.000	11.000
Amortização de empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-
Custo de captação	(1.523)	-
Pagamento do passivo de arrendamentos	(85)	-
Acionistas		
Integralização de capital	14.500	14.541
Empréstimos obtidos de partes relacionadas	3.936	-
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	57.828	25.541
Aumento líquido nos saldos de caixa e equivalentes de caixa	2.177	113
Caixa e equivalente de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	123	10
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.299	123

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020.

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A. (“Companhia ou Concessionária”) é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 27 de dezembro de 2018, com sede em Cuiabá-MT.

Tem por objetivo social único e exclusivo a atuação como concessionária dos trechos das rodovias MT 320 e MT 208 com extensão de 188,20 km entre os municípios de Nova Santa Helena e Alta Floresta, mediante cobrança de pedágio e prestação dos serviços de conservação, reparação, manutenção, implantação de melhorias e operação, objeto do processo de licitação do Edital de Licitação nº 01/2018 da Secretaria Estadual de Infraestrutura e Logística – SINFRA/MT.

A concessão será por 30 anos e faz parte da primeira etapa do programa Pró-Estradas Concessões, voltado à melhoria da logística de transportes do Estado do Mato Grosso. O direito de outorga foi arrematado por R\$ 6.747. Com a concessão, as rodovias devem receber investimentos iniciais de R\$ 83.000.

Em 22 de abril de 2020, a Companhia aprovou a 2ª (segunda) emissão de 40.000 debêntures simples, de colocação privada, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e com garantia adicional fidejussória, em série única, no valor total de R\$ 40.000 (quarenta milhões de reais), no valor nominal unitário de R\$ 1 (um mil reais). Com essa segunda emissão, liquidou na totalidade a 1ª emissão.

A Companhia acompanha os processos de evolução da pandemia da Covid-19.

A Administração não identificou necessidade de revisão das Demonstrações Financeiras, por temas relacionados com os riscos da Covid-19 para o exercício de 2019, bem como não foram necessários ajustes nas informações contábeis do período findo em 31 de dezembro de 2020.

A Companhia identificou impactos reduzidos em função da Covid-19 em sua concessão, especificamente reduções pontuais de tráfego e atraso nas obras dos Trabalhos Iniciais por conta da pandemia, com postergação do início do pedágio de maio para outubro de 2020.

1.1. Planos da Administração

A Companhia realizou todos os investimentos, conforme previsão do Contrato de Concessão, para que as rodovias tivessem condições de trafegabilidade e segurança durante o exercício de 2019 e de 2020, cumprindo as condições contratuais estipuladas para permitir o início da cobrança do pedágio, que se iniciou em 29 de outubro de 2020.

Foram incluídos nos serviços iniciais a implantação de três praças de pedágio e adequação do pavimento para garantir condições trafegabilidade e segurança previstas em edital e normas técnicas. Com a conclusão dos serviços iniciais, a Concessionária foi habilitada a iniciar a cobrança de pedágios.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui passivo circulante líquido superior ao seu ativo circulante líquido no montante de R\$ 13.987 (R\$ 11.645 em 2019). Com a 2ª (segunda) emissão de debêntures realizadas em abril de 2020 e com o início da cobrança de pedágios em outubro de 2020 a Companhia está conseguindo cumprir com todas as obrigações de curto prazo.

A administração considera como fontes de recursos no cenário base aportes de capital de acionistas e financiamentos de longo prazo a serem obtidos entre os anos de 1 a 5 da concessão (2020 a 2024) e o restante da própria geração de caixa da Companhia.

Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020.

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1.2. Aprovação da emissão das demonstrações financeiras

A Administração da Companhia aprovou a emissão das presentes demonstrações financeiras em 30 de março de 2021.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. A declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo CPC, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências e impairment de ativos não financeiros.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

A Companhia revisa suas estimativas e premissas em períodos não superiores há um ano. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor.

2.3. Moeda funcional

A moeda funcional da Companhia é o “Real”, pois representa as condições principais de operação: comercialização, custos e despesas principais, principais linhas de endividamento financeiro com instituições financeiras.

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais.

2.4. Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente no período dessas demonstrações financeiras.

2.4.1. Reconhecimento da receita

As receitas da prestação de serviços são reconhecidas por ocasião da prestação de serviços, qual seja, na passagem dos veículos pelas praças de pedágios. As receitas, são reconhecidas ao valor justo da contrapartida recebida ou a receber pela prestação desses serviços e são apresentadas líquidas de impostos e taxas incidentes, abatimentos e descontos. Eventuais valores de meios de pagamentos com prazo entre a utilização da rodovia e o recebimento financeiro são reconhecidos como contas a receber de clientes.

Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020.

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia reconhece a receita quando: i) identifica os contratos com os clientes; ii) identifica as diferentes obrigações do contrato; iii) determina o preço da transação; iv) aloca o preço da transação às obrigações de performance dos contratos; e (v) satisfaz todas as obrigações de desempenho. Os valores a receber em disputa judicial são reconhecidos quando são recebidos.

Receitas e despesas financeiras: A receita está representada pelos ganhos nas variações do valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de resultado, bem como as receitas de juros obtidas através do método de juros efetivos. Abrangem receitas de juros sobre montantes investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, e variações no valor de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

Receitas de construção: A receita de construção é reconhecida de acordo com o ICPC 01 (R1) (Contratos de Concessão) e CPC 47 (Receita de Contrato com Cliente), à medida em que todas as obrigações de desempenho sejam satisfeitas ao longo do tempo. Durante a fase de construção do contrato, o ativo é classificado como ativo intangível, no qual a Companhia estima que o valor justo de sua contraprestação seja equivalente aos custos de construção previstos. A Companhia adotou para mensuração das receitas e dos custos de construção a margem nula.

2.4.2. Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros não derivativos incluem aplicações financeiras, investimentos em instrumentos de dívida, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos e debêntures, assim como contas a pagar e outras dívidas. Instrumentos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido dos custos de transação diretamente atribuíveis. Esses instrumentos financeiros são classificados na categoria de custo amortizado. Com relação às aplicações financeiras e instrumentos classificados como caixa e equivalente de caixa, posteriormente ao reconhecimento inicial, esses instrumentos financeiros não derivativos são mensurados ao custo amortizado.

- **Passivos financeiros:** Passivos financeiros não derivativos são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva, ajustados por eventuais reduções no valor de liquidação.

2.4.3. Ativo circulante e não circulante

- **Caixa e equivalentes de caixa:** Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

A Companhia mantém aplicações financeiras, substancialmente, representadas por Certificados de Depósito Bancário - CDBs, e considera equivalentes de caixa quando há conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e está sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020.

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- **Imobilizado:** O imobilizado compreende principalmente as instalações administrativas que não integram os ativos objetos dos contratos de concessão. Esses ativos são demonstrados ao custo histórico de aquisição ou construção menos a depreciação, e as perdas por recuperabilidade, quando necessário. Os juros, demais encargos financeiros e efeitos inflacionários decorrentes dos financiamentos, efetivamente aplicados nas imobilizações em andamento, são computados como custo do respectivo imobilizado.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação do imobilizado é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil.

Os ganhos e perdas sobre alienações são determinados ao comparar os resultados do valor contábil com o valor líquido da venda, e são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais, na demonstração dos resultados.

- **Intangível:**

A Companhia detém contrato de concessão para exploração rodoviária mediante cobrança de pedágio firmado com o poder concedente.

O intangível registra os custos fixos da outorga da concessão e os investimentos rodoviários vinculados ao Contrato de Concessão. Quanto a outorga variável, que é sobre a receita bruta da arrecadação dos pedágios, a Companhia registra a medida que reconhece a receita, ou seja, apropria diretamente no resultado como dedutível da receita reconhecendo o passivo a pagar ao poder concedente, que é pago trimestralmente, considerando a premissa do item 28 do OCPC 05.

A Companhia reconhece o ativo intangível à medida em que realiza os investimentos vinculados ao Contrato de Concessão e detém o direito (autorização) de cobrança de tarifa dos usuários dos serviços públicos, conforme ICPC 01 (R1) e OCPC 05.

Neste modelo, a partir da data da assinatura do Contrato de Concessão, a Companhia registra os investimentos realizados no ativo intangível, ativo este recuperado por tarifa durante a concessão.

Nos ativos intangíveis, os bens patrimoniais são amortizados linearmente de acordo com o prazo do Contrato de Concessão nos casos de estruturas prediais, pontes, contornos, ou pela vida útil econômica dos bens, nos casos de recapeamentos e dispositivos de segurança (sinalização vertical, horizontal), ou seja, a amortização dos ativos intangíveis leva em consideração a vida útil do ativo ou prazo de concessão, dos dois prazos o menor. O Contrato de Concessão não permite a obtenção de indenização de eventual saldo contábil não amortizado ao término da concessão.

- **Impairment de ativos financeiros de longo prazo:**

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (impairment). As revisões de impairment do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível impairment. Os

Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020.

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Para fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustado por impairment, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data do balanço. Impairment de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido.

2.4.4. Passivo circulante e não circulante

- **Empréstimos, financiamentos e debêntures:** Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado. Além disso, os empréstimos, financiamentos e debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.
- **Imposto de renda e contribuição social:** A Companhia optou pelo regime de apuração do lucro real para o exercício de 2020, assim como foi para o exercício de 2019.
- **Provisões:** As provisões são reconhecidas em decorrência de eventos passados que originaram um passivo, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas quando as perdas são julgadas como mais prováveis de que haverá desembolso, tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.
- **Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Os ativos são reconhecidos no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Os passivos são reconhecidos no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias.
- **Resultado por Ação:** De acordo com o CPC 41 – Resultado por Ação, a Companhia apresenta o cálculo do resultado por ação segregado da seguinte forma:

Básico: Calculado através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

Diluído: Calculado através da divisão do resultado do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício, mais a quantidade média ponderada disponível durante o exercício, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídos em ações ordinárias.

Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020.

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.4.5. Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste relevante no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

- a) **Contabilização de contratos de concessão:** Na contabilização dos contratos de concessão a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a: aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de desenvolvimento de infraestrutura e dos custos de outorga de concessão, ampliação e reforços como ativo operacional da Companhia.
- b) **Determinação das receitas de construção:** A Companhia registra o desenvolvimento de infraestrutura ou melhoria da infraestrutura da concessão. Quando a concessionária presta serviços de desenvolvimento de infraestrutura, é reconhecida a receita de desenvolvimento de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de desenvolvimento de infraestrutura prestado.
- c) **Principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso:** Anualmente, a Companhia testa eventuais perdas (impairment) do seu ativo intangível, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 2.4.3. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas e projeções orçamentárias aprovadas pela administração. A complexidade advém dos julgamentos significativos em relação à estimativa dos fluxos de caixa futuros descontados, que incluem premissas que são afetadas por condições macroeconômicas e de mercado.

2.5. Mudanças em políticas contábeis.

2.5.1 Novas normas que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2020

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2020:

- Definição de material: alterações ao CPC 26 “Apresentação das Demonstrações Contábeis” e CPC 23 “Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”;
- Definição de negócio: alterações ao CPC 15 “Combinação de Negócios”;
- Reforma da IBOR: alterações ao CPC 48, CPC 38 e CPC 40 - “Instrumentos Financeiros”;
- Estrutura Conceitual Revisada para Relatórios Financeiros;
- Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento: alterações ao CPC 06 (R2) “Arrendamentos”;

As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para a Companhia.

2.5.2 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2020. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- Alterações ao IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7 “Instrumentos Financeiros: as alterações previstas na Fase 2 da reforma IBOR abordam questões que podem afetar as demonstrações financeiras durante a reforma de uma taxa de juros de referência, incluindo os efeitos das mudanças nos fluxos de caixa

Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020.

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

contratuais ou relações de hedge decorrentes da substituição de uma taxa por uma taxa de referência alternativa (questões de substituição). A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º. de janeiro de 2021.

- Alteração ao IAS 16 "Ativo Imobilizado": em maio de 2020, o IASB emitiu uma alteração que proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º. de janeiro de 2022.

- Alteração ao IAS 37 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes": em maio de 2020, o IASB emitiu essa alteração para esclarecer que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º. de janeiro de 2022.

- Alteração ao IFRS 3 "Combinação de Negócios": emitida em maio de 2020, com o objetivo de substituir as referências da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente. A alteração ao IFRS 3 tem vigência de aplicação a partir de 1º. de janeiro de 2022.

- Aprimoramentos anuais – ciclo 2018-2020: em maio de 2020, o IASB emitiu as seguintes alterações como parte do processo de melhoria anual, aplicáveis a partir de 1º. de janeiro de 2022:

- (i) IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para a baixa de passivos financeiros.

- (ii) IFRS 16 - "Arrendamentos" - alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado.

- (iii) IFRS 1 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" - simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais.

- (iv) IAS 41 - "Ativos Biológicos" - remoção da exigência de excluir os fluxos de caixa da tributação ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração do valor justo no IAS 41 com as de outras normas IFRS.

Não há outras normas ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020.

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Caixa e saldos em conta corrente bancária	927	123
Aplicações financeiras de alta liquidez (a)	1.372	-
	<u>2.299</u>	<u>123</u>

(a) As aplicações financeiras, de modalidade aplicações compromissadas, são consideradas equivalentes de caixa por permitirem o resgate a qualquer momento sem perda dos juros transcorridos. Em 31 de dezembro de 2020 a remuneração média das aplicações financeiras equivale a 98% do CDI, contra 98% do CDI em 31 de dezembro de 2019. Em decorrência da equalização dos fluxos de caixa da Companhia, a administração decidiu por aplicar o saldo de caixa em aplicações financeiras de curto prazo.

4. Clientes

Refere-se aos valores a receber de pedágios cobrados através de operadoras de sistemas de arrecadação:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Clientes - Operadoras do Sistema de Arrecadação	1.486	-
	<u>1.486</u>	<u>-</u>

O prazo médio de recebimentos das operadoras do sistema de arrecadação é de 28 dias. Até o encerramento do balanço não tínhamos expectativas de perdas de créditos de liquidação duvidosa, assim como não havia nenhum título vencido.

A Companhia acredita que não terá nenhum impacto relacionado à pandemia da Covid-19 no recebimento das operadoras de serviços, uma vez que está previsto em contrato, que na falta de repasse para a concessionária os serviços serão suspensos.

5. Adiantamentos

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Conseng Engenharia Ltda (a)	179	257
MT Sul Construções Ltda (a)	-	238
Agrimat Engenharia e Empreendimentos Eireli (a)	-	274
Vieceli & Furlan Associados Ind. E Com. Ltda	183	-
Consortio FPMT 320 (a)	1.140	-
Sinário Ind de Sinalização Viária Ltda	441	-
Outros fornecedores	298	175
(-) Provisão para perdas - Consórcio FPMT 320 (b)	(1.140)	-
	<u>1.101</u>	<u>944</u>

(a) Refere-se às empresas contratadas para realização de trabalhos iniciais, ou seja, investimentos realizados no primeiro ano, antes da arrecadação dos pedágios.

Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020.

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (b) A administração decidiu constituir a provisão para perdas em virtude de estar em litígio extra judicial com o prestador de serviços dos trabalhos iniciais Consórcio FPMT 320, pelo entendimento que este valor deveria ser devolvido a concessionária.

6. Partes relacionadas

6.1. Serviços administrativos compartilhados pela Conasa

A Companhia contratou o Centro de Serviços Administrativos Compartilhados de sua acionista Conasa para realizar todos os serviços financeiros e contábeis, além de outros serviços administrativos. A Companhia mantém o saldo a pagar de R\$ 88 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 90 em 2019), e totalizou o montante de R\$ 342 de despesas de serviços administrativos durante o exercício de 2020 (R\$ 336 em 2019).

6.2. Remuneração dos administradores

As despesas referentes à remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia, reconhecidas no resultado do exercício findo em 31 de dezembro 2020, totalizaram R\$ 309 (R\$ 107 em 2019).

A Companhia não concede qualquer tipo de benefício pós-emprego e não tem como política pagar a empregados e administradores remuneração baseada em ações.

6.3. Serviços de controle de operação compartilhados com Via Brasil MT-100.

A Via Brasil MT-320 compartilha o centro de controle de operações, juntamente com a coligada Via Brasil MT-100, onde todas as despesas administrativas são rateadas e reembolsadas no mês seguinte. Para o exercício de 2020 foram pagas R\$ 2.414 (R\$ 1.738 em 2019).

7. Outros ativos circulantes

Despesas antecipadas	31/12/2020	31/12/2019
Seguro Garantia	216	210
	216	210

Refere-se a seguros contratados para garantia de execução de obras de investimentos, além do seguro de execução do contrato de concessão e que estão sendo amortizados pelo prazo de um ano com renovações anuais, como está previsto no contrato de concessão.

8. Imobilizado

8.1. Composição

Imobilizado	Taxa de Amortização Média	2020		2019	
		Custo	Amortização Acumulada	Líquido	Líquido
Móveis e utensílios	10%	131	(3)	128	-
Computadores e periféricos	20%	168	(19)	149	36
		299	(22)	277	36

Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020.

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

8.2. Movimentação

Imobilizado	Saldo em			Saldo em
	31/12/2019	Adições	Depreciação	
Móveis e utensílios	-	131	(3)	128
Computadores e periféricos	36	128	(15)	149
	<u>36</u>	<u>259</u>	<u>(18)</u>	<u>277</u>

9. Intangível

9.1. Composição

	Taxa de Amortização Média	2020			2019
		Custo	Amortização		Líquido
			Acumulada	Líquido	
Contrato de Concessão - Em andamento					
Investimento em Rodovias	2,75%	32.044	(147)	31.897	3.204
Investimento em Rodovias - Trabalhos Iniciais/Recuperação	35,39%	32.900	(1.941)	30.959	20.372
Outorgas / Outras	2,75%	6.420	(38)	6.382	6.747
Total do Contrato de Concessão		<u>71.364</u>	<u>(2.126)</u>	<u>69.238</u>	<u>30.323</u>

9.2. Movimentação

Contrato de Concessão - Em andamento	Saldo em				Saldo em
	31/12/2019	Adições	Baixas	Depreciação	
Investimento em Rodovias	3.204	28.840	-	(147)	31.897
Investimento em Rodovias - Trabalhos Iniciais/Recuperação	20.372	12.528	-	(1.941)	30.959
Outorgas / Outras	6.747	-	(327)	(38)	6.382
Total do Contrato de Concessão	<u>30.323</u>	<u>41.368</u>	<u>(327)</u>	<u>(2.126)</u>	<u>69.238</u>

Contrato de Concessão - Em andamento	2019		
	Saldo em 31/12/2018	Adições	Líquido
Investimento em Rodovias	-	3.204	3.204
Investimento em Rodovias - Trabalhos Iniciais/Recuperação	-	20.372	20.372
Outorgas / Outras	-	6.747	6.747
Total do Contrato de Concessão	<u>-</u>	<u>30.323</u>	<u>30.323</u>

9.3. Descrição de Concessão e vigência

A Companhia é concessionária dos serviços públicos para conservação, reparação, manutenção, implantação de melhorias e operação do trecho rodoviário estadual do Lote 02 – Alta Floresta, compreendendo os trechos da MT 320 e MT 208 – Extensão 188,20 km. O prazo de concessão é de 30 (trinta) anos.

Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020.

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

9.4. Amortizações

A amortização será realizada de acordo com o prazo de vigência da concessão ou prazo de vida útil do respectivo investimento, caso inferior ao prazo de concessão. Para os investimentos realizados durante a vigência do contrato, a amortização é realizada de forma linear, considerando a data de finalização da concessão ou a vida útil do ativo, dos dois o menor. O início da amortização se deu a partir do momento que a Companhia começou a ter receitas de pedágio.

9.5. Teste de impairment do intangível

Por conta do atraso na finalização das obras que fez com a Companhia apresentasse prejuízo bruto no exercício, a administração elaborou o teste de impairment do ativo intangível considerando como uma única Unidade Geradora de Caixa (UGC) pelo método do valor em uso através do fluxo de caixa descontado. O método é adequado pois estima a situação de continuidade operacional até o final do contrato de concessão, além do reajuste tarifário (IPCA), avaliando o retorno gerado pela cobrança de tarifa, nas atuais condições operacionais e contratuais. A Companhia utilizou Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) de 11,11% a.a. para descontar os fluxos de caixa. Se houvesse uma variação de 10% desfavorável nas principais premissas incluídas no teste (reajuste tarifário e taxa de desconto), com todas as alterações consideradas isoladamente, não resultaria em um valor recuperável menor que o valor contábil.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 como resultado do teste de impairment, a administração não identificou fatores que pudessem indicar que os ativos intangíveis poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável e, dessa forma, nenhuma perda (impairment) foi reconhecida nas demonstrações financeiras.

10. Direito de uso e passivo de arrendamentos

Refere-se ao contrato de locação do software do sistema comercial das praças de pedágios que se iniciou em outubro de 2020 com prazo de 60 meses. Foram registrados conforme CPC 06 (R2).

10.1 Direito de uso

		31/12/2020		31/12/2019	
	Taxa				
	Amortização	Amortização	Direito de uso	Direito de	
	Média Anual	Custo	acumulada	líquido	uso líquido
Direito de uso - Sistema de Arrecadação	20,00%	6.904	(115)	6.789	-
		<u>6.904</u>	<u>(115)</u>	<u>6.789</u>	<u>-</u>

10.1.1 Síntese da movimentação do direito de uso

	Adoção			Saldo em
	Inicial	Adições	Amortização	31/12/2020
Custo				
Sistema de Arrecadação de pedágios	-	6.904	(115)	6.789
	<u>-</u>	<u>6.904</u>	<u>(115)</u>	<u>6.789</u>

Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020.

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

10.2 Passivo de arrendamentos

	31/12/2020	31/12/2019
Passivo circulante		
Passivos de arrendamentos	1.835	-
(-) Juros sobre passivos de arrendamentos	(748)	-
Total do passivo circulante	1.087	-
Passivo não circulante		
Passivos de arrendamentos	7.189	-
(-) Juros sobre passivos de arrendamentos	(1.457)	-
Total do passivo não circulante	5.732	-
Total de passivo de arrendamentos	6.819	-

10.2.1 Movimentação

	Saldo em 01/01/2020	Novos Contratos	Juros e Ajuste a valor presente	Pagamentos do Principal	Pagamentos dos juros	Saldo em 31/12/2020
Sistema de Arrecadação de pedágios	-	6.904	68	(85)	(68)	6.819

11. Fornecedores

O saldo do passivo, relacionado a fornecedores, está dividido em contratos de obras de concessão para execução de obras dentro dos trabalhos iniciais, com parte a ser pago após a conclusão das obras e início da arrecadação, e outros fornecedores de serviços.

	31/12/2020	31/12/2019
Fornecedores - Contratos a realizar (*)		
MT Sul Construções Ltda	2.361	3.007
Agrimat Engenharia e Empreendimentos Eireli	-	5.586
	2.361	8.593
Fornecedores		
Sinário Ind de Sinalização Viária Ltda	517	-
Via Brasil MT 100	230	-
Conseng Engenharia Ltda	185	-
Outros fornecedores	898	897
	1.830	897
	4.191	9.490

(*) Os contratos a realizar são reconhecidos através das medições realizadas no primeiro ano de obras, sendo pagos 60% dos valores dos contratos e 40% parcelado pelo próprio prestador de serviços na execução das obras.

Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020.

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Debêntures a pagar

12.1 Composição

	Venciment o final	Taxa efetiva anual	31/12/2020		31/12/2019	
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Debêntures - 1ª emissão	jun/22	19,31%	-	-	2.805	8.267
			-	-	2.805	8.267

	Venciment o final	Taxa efetiva anual	31/12/2020		31/12/2019	
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Debêntures 2ª emissão	abr/24	8,15%	12.916	26.317	-	-
			12.916	26.317	-	-

12.2 Movimentação das debêntures

Saldo em 31/12/2019	11.072
Captações	41.000
(-) Pagamento dos Juros	(2.120)
Provisão de Juros	2.581
(-) Cessão fiduciária de valores mobiliários (a)	(12.000)
Saldo da dívida bruta em 31/12/2020	40.533
Custo Captação (b)	(1.523)
(+) Amortização do custo captação (b)	223
Saldo da dívida líquida em 31/12/2020	39.233

(a) O valor refere-se à aquisição das debêntures de 1ª emissão pelos os acionistas na proporção de sua participação societária, com o posterior cancelamento da mesma, com a finalidade de integralização de capital social, conforme instrumento particular de compra e venda.

(b) O custo de captação refere-se as despesas antecipadas incorridas na emissão das debêntures que será amortizada durante o período de liquidação da dívida, conforme CPC 08/R1.

Saldo Inicial em 1/01/2019	-
Captações	11.000
Provisão de Juros	72
Saldo Final em 31/12/2019	11.072

Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020.

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

12.3 Vencimento das parcelas das debêntures (principal e encargos)

Ano de Vencimento	31/12/2020	31/12/2019
2020	-	2.805
2021	12.916	5.462
2022	12.916	2.805
2023	12.916	
2024	1.785	
Total	40.533	11.072

12.4 Primeira emissão de debêntures

Em 1º de dezembro de 2019, a Companhia emitiu a 1ª emissão em debêntures no valor de R\$ 55.000, com valor nominal unitário de R\$ 1, de série única, sem emissão de cautelas ou certificados, sem conversão de ações, de espécie sem preferência, quirografárias e sem garantias, enquadradas na Lei 12.431. Tal captação de recursos foi utilizada no plano de investimentos previsto no Contrato de Concessão para o exercício de 2019 e 2020. Até o encerramento do exercício de 2019, haviam sido integralizadas 11.000 debêntures por Acionistas e partes relacionadas a esses. Este empréstimo foi remunerado a juros de 15% a.a. e atualização monetária ao IPCA. Essas debêntures seriam liquidadas em 24 parcelas sucessivas, com carência de 6 meses e com vencimento final em 15 de junho de 2022. No entanto, em 22 de abril de 2020, os Acionistas decidiram, através de assembleia geral extraordinária, integralizar o saldo devedor de R\$ 12.000 com o respectivo cancelamento desta 1ª (primeira) emissão em sua totalidade.

12.5 Segunda emissão de debêntures

Nesta mesma assembleia de 22 de abril de 2020, a Companhia aprovou a 2ª (segunda) emissão de 40.000 debêntures simples, com oferta pública distribuída com esforços restritos, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e com garantia adicional fidejussória, em série única, no valor total de R\$ 40.000 (quarenta milhões de reais), no valor nominal unitário de R\$ 1 (um mil reais), com juros remuneratórios iniciais de 100% da DI mais 5,00%, sendo acrescidos semestralmente em 0,50%, com vigência de 4 (quatro) anos, e serão amortizados semestralmente a partir de sua emissão, tendo seu vencimento final em 25 de abril de 2024, podendo ser pré-quitada com financiamento de longo prazo.

12.6 Garantias

As debêntures foram emitidas com garantia real com garantia adicional fidejussória dos tipos: Alienação Fiduciária de ações, Fidejussória, Cessão Fiduciária de recebíveis e Cessão Fiduciária de contas.

12.7 Condições Restritivas Financeiras – “Covenants”

Dentre as principais cláusulas restritivas, estão as relacionadas a eventos de vencimento antecipado, em especial: (i) inadimplemento pela emissora da amortização do saldo do valor nominal unitário e dos juros remuneratórios, (ii) decretação de falência pela emissora, (iii) vedação de redução do capital social; (iv) vedação de emissão de ações e outros valores mobiliários, entre outros. Há *covenants* financeiros de descumprimento, pela Emissora de índices financeiros, os quais serão apurados anualmente, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Emissora no encerramento de cada exercício social, sendo:

Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020.

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(i) no encerramento do exercício de 31 de dezembro de 2020 a razão entre dívida líquida e EBITDA inferior ou igual a 4,50%, (ii) razão entre dívida líquida e EBITDA inferior ou igual a 3,00% para o encerramento do exercício de 2021, (iii) razão entre dívida líquida e EBITDA inferior ou igual a 2,00% para o encerramento de 2022, (iv) razão entre dívida líquida e EBITDA inferior a 1,00% para o exercício de 2023.

A Administração da Companhia, em decorrência dos impactos da pandemia e postergação do início da operação das praças de pedágios, decidiu na data de 19 de novembro de 2020, solicitar aos debenturistas da 2ª Emissão “Waiver” dos covenants, excepcionalmente para o encerramento do exercício social de 2020, assim sendo, foi aprovado em 19 de novembro de 2020 e a Companhia cumpre com a obrigação em 31 de dezembro de 2020. Por deliberação em Assembleia Geral de Debenturistas, a metodologia de cálculo a ser aplicada neste exercício para o covenant da razão entre a dívida líquida e o EBITDA passou a considerar o valor correspondente a 6 (seis) vezes o EBITDA relativos aos meses de novembro e dezembro deste exercício social. Dessa forma, a Companhia conseguiu atingir o índice financeiro.

13. Encargos tributários a pagar

	31/12/2020	31/12/2019
COFINS a Recolher	90	-
PIS a Recolher	20	-
ISS a Recolher	151	-
IRRF s/Serv. Terceiros a Recolher	9	6
PIS/COFINS/CSLL Retido na Fonte	28	18
ISS Retido na Fonte	60	314
INSS Retido na Fonte	50	139
	408	477

14. Impostos e contribuições parcelados

	31/12/2020	31/12/2019
Circulante		
Parcelamento de INSS	10	-
Parcelamento de ISS	170	-
Parcelamentos de demais débitos - PGFN	70	-
Parcelamento de impostos retidos	13	-
	263	-
Não circulante		
Parcelamento de INSS	31	-
Parcelamentos de demais débitos - PGFN	276	-
Parcelamento de impostos retidos	44	-
	351	-

15. Patrimônio Líquido

15.1. Capital social

O capital social inicial subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2019 que era de 18.500.000 ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$ 18.500 que estavam integralizadas R\$ 14.461, foi aumentado em 22 de abril de 2020 para 45.000.000 ações ordinárias e nominativas, com valor nominal de R\$ 45.000, totalmente integralizadas. Segue a demonstração de participação dos acionistas:

Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020.

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2020			31/12/2019		
	Número de ações	%	Capital Integralizado	Número de ações	%	Capital Integralizado
Conasa Infraestrutura S.A.	18.000.000	40,00%	18.000.000	7.400.000	40,0%	6.234
Cld Construtora, Lacos Detetores E Eletron	11.700.000	26,00%	11.700.000	4.810.000	26,0%	3.972
Zetta Infraestrutura E Participacoes S.A.	5.559.000	12,35%	5.670.000	2.220.000	12,0%	1.883
Construtora Rocha Cavalcante	5.466.250	12,15%	5.512.500	2.220.000	12,0%	1.323
Fbs Construcao Civil E Pavimentacao S.A.	3.056.250	6,79%	2.362.500	1.665.000	9,0%	1.045
Fremix Pavimentacao E Construcoes Ltda	-	0,00%	-	185.000	1,0%	4
M4 Investimentos e Participações Ltda	755.000	1,68%	1.125.000	-	0,0%	-
Construtora Ibérica Ltda	463.500	1,03%	630.000	-	0,0%	-
	<u>45.000.000</u>	<u>100,00%</u>	<u>45.000.000</u>	<u>18.500.000</u>	<u>100,0%</u>	<u>14.461</u>

Em 15 de outubro de 2019 foi celebrado instrumento particular de compra de ações onde a Fremix Pavimentação e Construções Ltda outorga às empresas M4 Investimentos e Participações Ltda e Construtora Ibérica Ltda o direito de adquirir o equivalente a 1% (hum por cento) do total das ações subscritas da Companhia com 50% do total destas para cada uma.

16. Receita operacional líquida

	31/12/2020	31/12/2019
Receita de arrecadação de Pedágio (a)	6.049	-
Receita de Construção (b)	41.119	23.903
Impostos e contribuições sobre receita	(523)	-
Receita operacional líquida	46.645	23.903

(a) As receitas de pedágio se iniciaram em 29 de outubro de 2020 e estão distribuídas em 3 (três) praças de pedágios, com tarifa básica de R\$ 8,60 por eixo equivalente.

O valor da tarifa será reajustado anualmente no mês de outubro pelo IPCA. Em 31 de dezembro de 2020 a tarifa de pedágio encerrou em R\$ 8,60 (oito reais e sessenta centavos).

(b) A receita de construção é reconhecida de acordo com o ICPC 01 (R1) (Contratos de Concessão) e CPC 47 (Receita de Contrato com Cliente), à medida em que todas as obrigações de desempenho sejam satisfeitas ao longo do tempo.

17. Custos dos serviços prestados

	31/12/2020	31/12/2019
Custos dos serviços prestados		
Custos com materiais e insumos na operação	(533)	(38)
Mão de obra na operação	(535)	-
Custos com serviços de terceiros na operação	(3.244)	(1.228)
Amortização do Intangível e Depreciação do Imobilizado	(2.145)	-
Amortização do direito de uso	(115)	-
Custos de construção	(41.119)	(23.903)
	<u>(47.691)</u>	<u>(25.169)</u>

Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020.

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Despesas gerais e administrativas

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Despesas gerais e administrativas		
Despesas com centro administrativo	(2.792)	(1.934)
Honorários de auditoria e consultoria	(332)	(183)
Viagens, estadias e refeições	(93)	(129)
Depreciação e amortização	(17)	(5)
Impostos, taxas e contribuições	(880)	-
Outras despesas administrativas	(81)	(88)
	<u>(4.195)</u>	<u>(2.339)</u>

Outras receitas (despesas)

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Outras despesas operacionais		
Multas sobre atraso de tributos	(227)	-
Provisão para perdas (a)	(1.140)	-
Outras despesas operacionais	(1)	-
	<u>(1.368)</u>	<u>-</u>
Outras receitas operacionais		
Outras receitas operacionais	1	-
	<u>1</u>	<u>-</u>
Total líquido	<u>(1.367)</u>	<u>-</u>

(a) Refere-se à constituição da provisão para perdas em virtude de a Companhia estar em litígio extra judicial com o prestador de serviços dos trabalhos iniciais Consórcio FPMT 320 pela não realização dos trabalhos em sua totalidade.

19. Resultado financeiro

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre atualização de debêntures	(2.599)	(72)
Juros sobre pagamento de fornecedores	(1.718)	(285)
Juros sobre arrendamento mercantil	(68)	-
Outras despesas financeiras	(248)	(2)
	<u>(4.633)</u>	<u>(359)</u>
Receitas financeiras		
Juros sobre aplicação financeira	142	-
Outras receitas financeiras	19	-
	<u>161</u>	<u>-</u>
Resultado Financeiro	<u>(4.472)</u>	<u>(359)</u>

Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020.

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui saldo de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social no montante de R\$ 15.020 (R\$ 4.009 em 31 de dezembro de 2019), que resultariam em um saldo de Imposto de renda e Contribuição social diferidos nos montantes de R\$ 3.755 e R\$ 1.352, respectivamente (R\$ 1.002 e R\$ 361 em 31 de dezembro de 2019, respectivamente).

A administração avaliou seu fluxo de caixa futuro e pretende reconhecer este ativo dentro dos próximos exercícios, a partir do momento que iniciar a geração de lucros tributáveis, a fim de utilizá-los para compensação deste tributos com lucros futuros.

Conforme a legislação fiscal, o prejuízo fiscal e a base negativa de Contribuição Social não prescrevem. Entretanto, em períodos com lucros fiscais, somente 30% do lucro pode ser compensado com prejuízos fiscais de anos anteriores.

21. Instrumentos financeiros

21.1. Análises dos instrumentos financeiros

A Companhia participa em operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Administração desses riscos é realizada por meio de definição de estratégias conservadoras, visando à liquidez, rentabilidade e segurança.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

21.2. Categoria de instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2019 estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização:

	Categoria	31/12/2020		31/12/2019	
		Valor contábil	Valor de mercado	Valor contábil	Valor de mercado
Ativo financeiros					
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	2.299	2.299	123	123
Partes relacionadas	Custo amortizado	-	-	4.039	4.039
Passivos financeiros					
Fornecedores	Custo amortizado	4.191	4.191	9.490	9.490
Debêntures a pagar	Custo amortizado	39.233	39.233	11.072	11.072

21.3. Categoria fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros, risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela Administração da Companhia, segundo as políticas aprovadas pelos acionistas. A Administração da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros.

Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020.

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Risco de mercado

- (a) **Risco de taxa de juros:** A Companhia não tem risco de variação de taxa de juros relevante nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Variação da taxa básica de juros pode alterar as condições econômico-financeiras do contrato de concessão e melhorar ou piorar a capacidade de investimento da concessionária.
- (b) **Risco de taxas de câmbio:** A Companhia não realiza operações cambiais.
- (c) **Risco de crédito:** A companhia não possui risco de créditos pois não contém em seu grupo do contas a receber, perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa no encerramento do exercício, até o início de cobrança de pedágio.
- (d) **Risco de liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Administração da Companhia, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais e plano de investimento da concessão. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas contratuais e cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial.

(e) Gestão de capital

A Companhia realiza a gestão de capital de forma a garantir a continuidade de suas operações, bem como oferecer retorno aos seus acionistas e controle do nível de endividamento pelo monitoramento do índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

	31/12/2020	31/12/2019
A - Total de empréstimos e financiamentos (nota 11)	39.233	11.072
B - (-)Caixa e equivalentes de caixa (nota 3)	2.399	123
C - (-) Títulos de valores mobiliários	5	5
D = (A - B - C) - Dívida líquida	36.829	10.944
E = Total do patrimônio líquido	29.860	10.452
F = (D + E) - Capital total	66.689	21.396
D/F = Índice de alavancagem financeira	55,2%	51,1%

23. Resultado por Ação

Conforme requerido pelo CPC 41 – Resultado por Ação, as tabelas a seguir reconciliam o resultado aos montantes usados para calcular o lucro básico por ação:

	31/12/2020	31/12/2019
Prejuízo do exercício	(11.131)	(4.009)
Média ponderada de ações em circulação	37.365.250	14.461.000
Resultado por ações - básico - R\$	<u>(0,2979)</u>	<u>(0,2772)</u>

Diluído: O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias. A Companhia só possui uma classe de ação ordinária e não há ações ordinárias potenciais

Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020.

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

diluidoras ou opções que pudessem converter as ações preferenciais em ordinárias, portanto, o valor do lucro por ação diluído é igual ao básico.

	31/12/2020	31/12/2019
Quantidade de ações	Avos	Avos
14.461.000	03/12	12/12
45.000.000	09/12	-
Média ponderada de ações	37.365.250	14.461.000
Lucro básico por ações (em reais)	(0,2979)	(0,2772)

24. Seguros

A Companhia busca estabelecer coberturas compatíveis com seu porte e suas operações, respeitando também as obrigações Contratuais que permitem a preservação do Contrato de Concessão.

As apólices de seguro adquiridas pela Companhia no exercício de 2020 garantem a execução do Contrato de Concessão, Responsabilidade Civil, Riscos de Engenharia e Operacionais. As apólices de seguro foram adquiridas junto a seguradoras de primeira linha, autorizadas a funcionar no País pela Superintendência de Seguros Privados – SUPEP assim como estão autorizadas a comercializar as respectivas apólices. Todas as apólices foram previamente submetidas ao escrutínio do Poder Concedente visando garantir o atendimento das condições contratuais e regulatórias.

A seguir estão demonstrados os limites máximos de indenizações contratados junto às seguintes companhias seguradoras: (i) Junto Seguros pela estruturação da Garantia de Execução do Contrato, (ii) Sompo Seguros pela estruturação dos seguros de Riscos de Engenharia do tipo “todos os riscos” e do seguro de Responsabilidade Civil, e estruturação dos Riscos Patrimoniais e Operacionais.

24.1. Garantia de execução do contrato

O valor da apólice de garantia de execução do contrato foi estabelecido tendo como base de cálculo o valor estipulado no contrato de concessão (cláusula 7), correspondente a 2,00% (dois por cento) do valor da receita bruta prevista para o primeiro ano de operação da Rodovia MT 320, ou até o limite equivalente a R\$ 37.767.043,90 (trinta e sete milhões, setecentos e sessenta e sete mil, quatrocentos e quarenta e três reais e noventa centavos), com início em 02/04/2020 e término em 02/04/2021.

24.2. Riscos de engenharia do tipo “todos os riscos”

O valor da apólice do seguro de Responsabilidade civil, é no valor total de R\$ 75.820.000,00 (setenta e cinco milhões, oitocentos e vinte mil reais) com início em 12/04/2020 e término em 12/04/2021.

Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020.

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

RISCOS DE ENGENHARIA

Cobertura básica	75.820
Despesas extraordinárias	15.000
Despesas de desentulho	15.000
Tumultos	15.000
Erros de projetos para obras civis	75.820
Danos físicos a outra propriedade	1.000
Equipamentos, móveis e estacionários utilizados na obra	3.750
Salvamento e contenção de sinistros	53.040

RESPONDABILIDADE CIVIL

Responsabilidade civil para empresas concessionárias	5.000
Responsabilidade civil de rodovias, pontes e túneis	5.000
Responsabilidade civil pelo empregador	5.000
Erros de projetos	5.000
Poluição, contaminação e/ou vazamentos súbitos	5.000
Danos causados por fundações ou serviços correlatos	5.000

24.3. Riscos operacionais

O valor da apólice dos riscos operacionais, é no valor total de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) com início em 04/06/2020 e término em 04/06/2021.

RISCOS OPERACIONAIS

Cobertura básica - Danos materiais	10.000
Pequenas obras civis em construção e montagem	5.000
Tumultos, vandalismos e atos dolosos	1.000
Equipamentos eletrônicos	1.000
Roubo de bens (exceto valores)	1.000
Danos elétricos	1.000
Vendaval	1.000
Vidros, espelhos, mármore e granitos	1.000
alagamento e inundação	1.000
Erros e omissões	1.000
Despesas de contenção de sinistros	1.000

25. Compromissos vinculados ao contrato de concessão.

A Companhia investiu R\$ 71.364 até 2020, sendo R\$ 6.420 de outorga e despesas pré-operacionais e R\$ 64.944 em recuperação do pavimento, implantação de 3 praças de pedágio, sinalização e segurança para garantir a trafegabilidade da rodovia.

Os compromissos de investimento projetados para 2021 a 2048 são de R\$ 139.869, sendo R\$ 128.263 de investimentos em infraestrutura e R\$ 11.606 em máquinas, equipamentos e veículos.

Via Brasil MT 320 Concessionária de Rodovias S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020.

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Transações que não envolvem caixa ou equivalentes de caixa

A Companhia realizou transação relevante envolvendo investimento e financiamento, que não afetou o caixa, portanto ajustada na demonstração dos fluxos de caixa, detalhada a seguir:

- Integralização de capital social no valor de R\$ 12.000 (doze milhões de reais) através da assunção de dívidas da 1ª emissão de debêntures, conforme Instrumento Particular de Compra e Venda de Valores Mobiliários, com todos os acionistas, de acordo com sua participação no capital social.

27. Provisão para contingências

A Companhia não possui ações judiciais e administrativas de natureza tributária, cível e trabalhista que possam ser consideradas perdas prováveis, assim como não tem ações consideradas possíveis.

João Garcia Couri Neto

Diretor Presidente e Administrativo/Financeiro

Fernando Mileo

Diretor de Engenharia e Operações

Isaac do Nascimento

Contador CRC-PR043806/0-1